

Atual renegociação não encerra novela da dívida

Faltará compatibilizar os compromissos financeiros com a capacidade que o País terá para pagar

FROTA NETO Da Editoria de Economia

O próximo encerramento das negociações sobre uma metade da dívida externa brasileira não concluirá o capítulo de relações entre os bancos credores e o Governo brasileiro. O trio Del-fim Netto-Ernane Galvêas-Afonso Celso Pastore está renegociando a dívida nos limites do tempo e do espaço. Em cima do processo de transferência de poder, na medida do suportável pelas contas brasileiras e tolerável pelos bancos credores.

Uma parcela de quase 50 bilhões de dólares da dívida será empurrada para um novo horizonte a ser descortinado dentro de 14 a 16 anos. Mas ficará ainda faltando a compatibilização entre os compromissos financeiros residuais e o desempenho da economia nacional nesse período. A marca do pênalti é aquela que o Presidente eleito Tancredo Neves definiu como "a capacidade de pagar" o serviço correspondente à dívida.

EVITAR POLITIZAÇÃO

Afora isso uma restrição econômica interna (menor capacidade de exportar) ou uma elevação dos encargos financeiros externos (juros mais altos) pode redundar numa perda de controle da situação. Se tal acontecer, como Tancredo Neves mesmo apontou em Washington, não haverá outra solução. O Brasil empurrará a dívida não mais para o futuro (onde terá chegado a um limite temporal) mas em direção à única alternativa plausível: o tratamento político, um espaço ainda sem limites. Nesse caso, a opção pode ser tanto politizar a dívida isoladamente quanto dar-lhe feição triangular dos grandes da América Latina— Brasil, México e Argentina. A politização isolada representa, por si mesmo, menor poder de barganha. A politização conjugada representará uma "frente" que os credores dificilmente poderão conter.

Embora essa seja uma hipótese de difícil concretização (disputas hegemônicas entre Brasil e Argentina, grau e intensidades diferentes no endividamento entre Brasil e México), para os credores a politização da dívida em qualquer dos seus estágios é um mal a ser evitado. Porque significará um tratamento não mais entre bancos credores e governo devedor mas uma relação entre governos. Ainda que a economia

privada americana (maior credor brasileiro) tenha elevado grau de autonomia, ela não pode ser considerada totalmente imune à influência da Casa Branca. E embora se diga que o governo nos EUA serve aos interesses da comunidade de negócios, em casos como esse os dirigentes não pensam apenas nos anéis mas nos dedos sob risco de amputação.

CONCESSÕES NEGOCIADAS

Sintonizado, pois, esse temor, a tendência será no sentido de governo e bancos americanos evitarem que a dívida externa brasileira seja submetida a um processo de politização. Para tanto, toda a comunidade de negócios terá que fazer concessões. Essas concessões se inscrevem sob uma dupla ala: dos bancos e das empresas produtoras de outros serviços e de bens industriais. Mas deverão ser também concessões de duas mãos: da comunidade americana de negócios e da área governamental brasileira.

No primeiro caso o processo de ajustamento da economia brasileira recomenda como vital a manutenção e mesmo o aumento do fluxo de investimentos. Há indícios de que a comunidade empresarial se dispõe favoravelmente a isso nos EUA. Contudo a intensificação de investimentos estrangeiros diretos no Brasil poderá levar a um processo acelerado de desnacionalização da economia. O que pode gerar uma situação próxima ao estrangulamento se não forem recondicionados aspectos das relações com a lei de remessa dos lucros, a questão dos royalties e os direitos de propriedade.

Definido esse campo, faltaria ao Brasil receber tratamento pelo qual os Estados Unidos dispensariam uma base menos protecionista ao ingresso em seu mercado de determinados produtos brasileiros. Uma balança comercial superavitária é fundamental para evitar estrangulamentos e descontrole econômico-financeiro do Brasil. A negociação de menor protecionismo dos EUA teria um troco: o Brasil revisaria a sua estrutura legal que torna certos setores econômicos "reservas de mercado" para empresas conceituadas como de capital nacional. Entre esses setores estariam bancos, seguros, construção pesada, computação eletrônica. Esse conjunto de itens poderia mesmo favorecer na renegociação de todo o pacote da

dívida. Mas ele também contém germens e vírus de maior "internacionalização" da economia nacional.

PATAMAR OU TEVO

No segundo caso de concessões mútuas se teria sob exame os tipos de negociações a serem feitas pelos bancos credores. Os bancos poderiam dar prazos mais amplos ainda para pagamento da dívida, elasticendo as carências (inícios desses pagamentos). Poderiam também complementar essa etapa através de efetivas reduções nas taxas nominais de juros - para o que teriam que contar com apoio e suporte do governo americano. Os diferenciais (implicados na inflação interna dos EUA ou na pressão forçada pelo déficit orçamentário dos EUA) seriam cobertos pelo Governo americano seja na forma de ajuda seja através de créditos governo a governo (que tem sempre juros mais baixos). Seria, em parte, como se o Governo dos EUA comprasse parte da dívida brasileira dos bancos americanos. No gigantismo econômico dos EUA vinte ou trinta bilhões de dólares não atropelariam nem desorganizariam as contas que podem ser absorvidas em outras engrenagens não tão só econômicas mas essencialmente políticas.

O que se observa a partir

de indicações dos meios financeiros é que não haverá necessidade de chegar a nenhum limite dos extremos apontados: politização da dívida (isolada ou conjuntamente) e/ou apoio do dispostos e mais facilmente inclinados a fazerem concessões se tivessem uma garantia de que essas concessões que agora praticassem e /ou praticariam seriam um patamar/teto e não um patamar/piso para base de futuras (re) negociações com o Governo brasileiro que se instalará a 15 de março. A pressa de agora em fechar negócios pode, porém, não ter impedido nada. É o que se verá a partir de março próximo ao primeiro sinal de dificuldade de pagamento que o Brasil enfrentar. Uma das máximas da comunidade internacional de bancos é de que tudo seria permitido. Exceto mudança nas regras do jogo econômico. Nesse ponto os investimentos primam sobre os empréstimos. Por enquanto nem um e nem outro correm qualquer risco no Brasil.

Eis, nas três rodadas de renegociação da dívida como as condições políticas internas no Brasil, no México (antes e depois de De La Madrid) e Argentina (antes e depois de Alfonsín) influenciam na definição das taxas de risco (spread), nos prazos, nas carências e nas comissões cobradas.

Quadro com as condições de reprogramação da dívida externa com os bancos privados:

País	Total em US\$ bilhões	Spread (%)	Prazo Total (anos)	Carência (anos)	Comissão paga (%)
Primeira Rodada de Renegociação (1982/83)					
Brasil					
Renegociado	4,8	2,50	8,0	2,5	1,5
Crédito novo	4,4	2,13	8,0	2,5	1,5
México					
Renegociado	23,0	1,88	8,0	4,0	1,0
Crédito novo	5,0	2,25	6,0	3,0	1,0
Segunda Rodada de Renegociação (1983/84)					
Brasil					
Renegociado	5,4	2,0	9,0	5,0	1,0
Crédito novo	6,5	2,0	9,0	5,0	1,0
México					
Renegociado	—	—	—	—	—
Crédito novo	3,8	1,5	10,0	5,0	0,63
Terceira Rodada de Renegociação (1984/85)					
México					
Renegociado	43,0	1,13	14,0	—	—
Crédito novo	—	—	—	—	—
Argentina					
Renegociado	13,9	1,38	12,0	3,0	—
Crédito novo	4,2	1,63	10,0	3,0	0,63